

“Não deram o golpe para devolver o poder a Lula”

Por Laura Burzywoda · 29/01/2018

Derrotista e acima de tudo precária, a frase acima percorre as bolhas da esquerda, depois que o TRF-4 manteve a condenação do ex-presidente. O que há de (muito) errado nela?

Former Brazilian president Luiz Inacio Lula da Silva gestures during a campaign rally to laur

Por Antonio Martins, [Outras Palavras](#)

Um frisson de euforia tomou conta dos “mercados” e da mídia desde a última quarta-feira (24/1), quando três desembargadores do 4º Tribunal Regional Federal ampliaram a condenação de Lula e dificultaram, por combinação prévia de sentença, sua defesa. A Bolsa de São Paulo [subiu 5,31%](#). Os jornais decretam, pela enésima vez, a morte política e a prisão próxima do ex-presidente – em especial depois que um juiz substituto de Brasília, [denunciado](#) várias vezes por favorecer as fraudes fiscais de grandes grupos econômicos, [proibiu-o de viajar](#) à Etiópia. Quem sabe agora, [aposta-se](#), a população aceite eleger um [candidato afinado](#) com as contrarreformas.

A mesma onda parece engolfar alguns sites alternativos. “A prisão de Lula é a porta para o endurecimento”; além dele, “muitas lideranças poderão ser presas”, [previu o bravo Renato Rovai](#) na revista [Fórum](#). Nas redes sociais, as bolhas de opinião à esquerda – até há bem pouco exageradamente otimistas – agora martelam o mesmo ponto de vista. Uma frase marca o tom melancólico do debate:

“Eles não deram o golpe para devolver o poder em eleições democráticas”.

Os que a repetem cometem um erro banal: confundir o *desejo* do adversário com o *exame concreto* da correlação de forças existente. Os Estados Unidos não gastaram trilhões de dólares na invasão do Iraque para entregar o poder e o petróleo a um governo ligado ao Irã. Os militares pós-1964 não transformaram o Brasil na oitava potência industrial do planeta para passar o bastão a Tancredo Neves, o homem que os chamou de “[canalhas](#)” no primeiro dia do golpe. E no entanto... O cenário pós-TRF4 é complexo e contraditório. O derrotismo é sempre uma saída fácil, porque dispensa o trabalhoso exame da conjuntura e a busca de saídas táticas. É esse esforço que se dedica este texto, a partir de três hipóteses essenciais:

O bloco conservador obteve uma vitória importante, mas não rompeu o equilíbrio de forças estabelecido em 2017

Foi uma vitória patife, que demonstrou a brutalidade e arrogância da Casa Grande. Ao combinarem sentenças idênticas, de doze anos e *um mês*, para Lula, os desembargadores do TRF assumiram que fazem um julgamento político – não o exame de um suposto crime de corrupção. A coincidência tríplice, impossível por acaso, foi tramada previamente. A intenção, alcançada, era reduzir ao máximo as chances de recurso do réu, para impedir que os eleitores possam escolhê-lo em outubro. Se possível, para encarcerar sua mensagem, a partir de abril.

O êxtase dos mercados atesta o caráter de classe da decisão. Mas não significa que a fatura tenha sido liquidada – nem, portando, que esteja aberto caminho para uma onda de prisões de líderes populares. Desde meados de 2017, o cenário político brasileiro tem como característica central um impasse – e ele se mantém. Um bloco conservador heterogêneo, formado pelo grande poder econômico, a casta política e a mídia, reuniu força suficiente para impor uma *Destituínte*. Implica

liquidar, a toque de caixa e sem debate, tanto as conquistas sociais consagradas na Constituição de 1988 quanto as que remontam ao período do getulismo.

Porém, este processo foi freado, há cerca de nove meses. A oposição popular interrompeu parcialmente os retrocessos. Por enquanto, ela não se traduz em grandes protestos. Protagonizou alguns, como as greves “gerais” de abril e maio – que não tiveram sequência. Manifesta-se, principalmente, numa *espreita eleitoral* muito temida por todos os que se envolveram no golpe. Há uma grande contradição latente aqui: a casta política, que sequestra a democracia, *precisa* do voto popular. Por isso, os deputados temem concluir o desmonte (“reforma”) da Previdência.

Aos poucos – muito menos rápido do que gostaríamos – vai se formando uma oposição consciente às contrarreformas. Maiorias substanciais já se opõem ao desmonte da Previdência, da legislação trabalhista e à privatização das estatais. O arco de alianças que promoveu o golpe tem, na maior parte das situações, força para ignorar estas maiorias. Conseguiu fazê-lo quando impôs a contrarreforma trabalhista. Não repetiu a façanha em (mês), quando fracassou na contrarreforma política, ao se dividir (uma ala, capitaneada pela Rede Globo, opôs-se ao novo Fundo Eleitoral).

O arco pró-Golpe é *incapaz*, de provocar uma ruptura institucional que leve ao cancelamento das eleições ou a uma escalada repressiva ilimitada, que signifique prender em massa as lideranças sociais. Aqui, as comparações com 1964 são descabidas, por dois motivos cruciais. *Não há* uma força coesionadora que exerça um papel nem de longe similar aos dos militares. E, ainda mais importante: não há um projeto conservador defensável a oferecer à sociedade. O regime militar sufocou a democracia e violou em massa os direitos humanos – mas promoveu um processo notável de modernização capitalista, que urbanizou e industrializou o

país. Os golpistas de hoje defendem o trabalho rural não remunerado, permitiram a disparada do preço do gás de cozinha (a ponto de provocar a volta da lenha) e reintroduziram o [trabalho de gestantes e lactantes](#) em locais insalubres... Há duzentos anos, Napoleão Bonaparte já ensinava: nem que tivessem a força das baionetas, poderiam sentar-se sobre elas.

A vitória da coalizão conservadora em 24/1 colocou-a na ofensiva, mas não resolve o *impasse tático* desenhado desde o ano passado. Uma nova batalha se aproxima. Após [reduzir novamente](#) suas próprias ambições, os golpistas tentarão impor, em fevereiro, a contrarreforma da Previdência. Será, acima de tudo, uma disputa simbólica. As medidas foram tão desidratadas que não provocarão efeito sensível algum sobre o Orçamento, por décadas. Busca-se acima de tudo produzir um sinal de força. O pior a fazer, às vésperas do combate, é dar por perdida a guerra contra o golpe.

A disputa sobre o futuro do país, após o colapso da Nova República, não está definida. Nela, Lula tem papel decisivo

Por que Lula, normalmente tão moderado e conciliador, tornou-se o grande alvo dos conservadores? Por que os jornais da velha mídia destacam, em clara atitude de torcida, a possibilidade de pulverização das candidaturas de esquerda? Para encontrar a resposta, é preciso examinar o papel crucial que as eleições de 2018 assumiram.

Em maio de 2016, a Nova República desabou, depois de trinta anos. O pacto de governabilidade com presidentes moderados e oposição civilizada se desfez. Mas o que virá em seu lugar? No momento, há duas alternativas possíveis. A primeira implica reverter o golpe, restabelecer a democracia e abrir caminho para o choque democrático de projetos – agora, enfim, mais explícito, menos amortecido. Interessa a todas as formações políticas à esquerda (do PT ao Ocupa Política,

formado em dezembro, numa reunião em Belo Horizonte). Serve, mais que isso, a um vasto leque de movimentos sociais que não desconsideram a política institucional – embora queiram ir muito além dela.

A opção é um cenário de normalização do golpe, de vitória do Estado ultraliberal, de anulação da política enquanto possibilidade real de transformar a sociedade. Neste horizonte, os retrocessos pós-2016 consolidam-se. A Emenda Constitucional 95 mantém bloqueada a chance de políticas públicas criativas e robustas; degrada o SUS e os tímidos avanços na Educação pública – como as novas Universidades e escolas técnicas. A renda trilionária do petróleo é entregue às transnacionais. As contrarreformas Trabalhista e da Previdência rebaixam de forma duradoura as condições de vida (e de luta, principalmente) dos assalariados. Uma contrarreforma Tributária, já em tramitação, [retira recursos essenciais](#) da Seguridade. Firma-se a ideia de que não há nem *direitos sociais*, nem *comum* – apenas um mercado em que sobrevivem os “mais aptos”. O Estado brasileiro regrediu à condição pré-1930: a de mero garantidor da lei, da ordem, da segurança pública e da “Justiça”.

O que menos interessa ao bloco conservador é deixar explícito o choque entre os dois cenários. O ultraliberalismo não resiste à democracia. Se puder enxergar o que está em jogo, a vasta maioria da população fará sua escolha. É esta a razão da impressionante dianteira de Lula em todas as pesquisas de opinião, após quatro anos sob bombardeio diário da mídia, do Judiciário, dos políticos tradicionais. Retirá-lo do jogo, a esta altura, borraria os contornos da batalha. Guilherme Boulos, por exemplo – um possível candidato do PSOL – está muito à esquerda de Lula, mas não expressa, para a grande maioria do eleitorado, a possibilidade de um outro país.

Mais: perseguido, Lula compreendeu que sua única saída é desafiar os que o agridem. Ao fazê-lo, mantém a disputa viva, ganha tempo, impede que a superioridade atual de forças do arco conservador encerre o jogo. A *intenção* dos que deram o golpe é consolidar, por décadas, seu projeto de retrocessos. Mas os dados ainda estão rolando.

A fragmentação da esquerda não se consumou

A estratégia peculiar de Lula diante da decisão do TRF-4 está delineada, por ele mesmo, em dois discursos memoráveis: o que fez na Praça da República, em São Paulo, horas depois de recondenado; e o que proferiu cerca de doze horas depois, ao aceitar a indicação de sua pré-candidatura à Presidência. Três decisões destacam-se em suas falas – todas coerentes com o propósito de não jogar a toalha.

Primeira: a candidatura será mantida até o fim, em desafio à tentativa de tolhê-la por expediente judicial. Esta atitude tira proveito de uma brecha, na ambígua Lei da Ficha Limpa. Não há cassação automática de candidatos. Registrada uma postulação à Presidência, até 20 de agosto, é preciso que alguém requeira sua nulidade ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Cabem recursos, a esta própria corte e ao STF. Como o primeiro turno das eleições ocorrerá em 6 de outubro, será quase impossível evitar que a imagem de Lula, a temida jararaca, apareça para os eleitores nas urnas eletrônicas.

Segunda: Lula retomará as caravanas, já em fevereiro – e concorrerá mesmo em caso de vir a ser preso, como deixou implícito na fala de 25/1. E para deixar claro o caráter opositor de sua candidatura, lançará, em fevereiro, uma nova *Carta aos Brasileiros* – desta vez “dirigida à sociedade, não aos mercados financeiros”. É possível, especula-se que o documento inclua propostas de simbiolismo rebelede – entre elas, a tributação das grandes fortunas e dos dividendos auferidos pelos

capitalistas, acompanhada pela insenção de Imposto de Renda para os que ganham até R\$ 5 mil. A prisão, se houver, ocorrerá a partir de abril. Ou seja: resta tempo para criar uma situação em que o encarceramento será visto como uma represália das elites a quem desafia a ordem pós-golpe e a agenda de retrocessos.

Terceira: Não se busca uma unidade forçada da esquerda. Desse modo, evitam-se polêmicas que seriam desgastantes e constroi-se uma cena curiosa. Livre ou encarcerado – mas, em qualquer caso, sob o tacão do Judiciário – Lula permanecerá, durante toda a campanha como um símbolo; como uma possibilidade, talvez hipotética, de outro futuro. Quanto mais reais forem os riscos de ser cassado, menos seus adversários poderão atacá-lo impunemente. À sua sombra, outras candidaturas terão espaço para crescer – Ciro, Manuela, Boulos, Ouriques? O espaço estará aberto, a sorte lançada.

Precisamente neste espaço, poderão crescer, também, ideias e projetos que transcendem a mera disputa eleitoral. Destaca-se a de submeter os principais atos do golpe a Referendos Revogatórios. Se conduzida a partir dos movimentos sociais e da sociedade civil, ela permitirá ir além da resistência simbólica ao projeto de país regredido; estimular a população a examinar concretamente os sentidos da agenda de retrocessos em curso; em especial, a pensar alternativas.

Em sua intuição política formidável, Lula parece ter identificado um caminho. Uma esquerda triste reluta em enxergá-lo.